

AMBIÇÃO AGRO

2020-30

CAP 
AGRICULTORES DE PORTUGAL

A AGRICULTURA PORTUGUESA
NO CONTEXTO DE RECUPERAÇÃO
DA ACTIVIDADE ECONÓMICA NACIONAL

CONTRIBUTO DA CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL



AMBIÇÃO AGRO

2020-30

PREÂMBULO

Portugal necessita de consolidar um modelo de desenvolvimento contínuo e sustentável que permita (i) manter uma via de progresso social e económico e (ii) ultrapassar a profunda crise que, em consequência da actual pandemia, congelou a dinâmica que se vinha construindo.

Perante o conjunto de decisões tomadas a nível europeu no sentido de permitir aos países da União a recuperação da actividade económica, a CAP, enquanto parceiro social e em representação dos Agricultores de Portugal, apresenta um conjunto de propostas que, a serem enquadradas nas decisões políticas que o governo se prepara para anunciar, permitirão a montagem de uma estratégia de desenvolvimento do sector agro-florestal e um impulso para a coesão e progresso social.

Um contributo para a recuperação da economia nacional.



ENQUADRAMENTO

O sector agrícola tem desenvolvido ao longo das duas últimas décadas um percurso de investimento, modernização, aumento da competitividade e das exportações, com elevada incorporação de valor nacional, assim afirmando a sua importância na economia.

Em 2019 o sector agro-alimentar e agro-florestal, em conjunto, atingiu um VAB de cerca de 17 mil milhões de euros e as exportações representaram cerca de 20% do total de exportações de bens do País, com um crescimento superior a 50% entre 2010 e 2019, em particular para o mercado europeu.

Actualmente, a balança comercial do sector agro-florestal apresenta um superavit de cerca de 1000 milhões de euros, constituindo um verdadeiro desígnio nacional, o qual tem vindo a ser progressivamente conquistado com volumes crescentes de investimento e de aposta no sector por parte dos agricultores portugueses.

O progresso da agricultura nacional constitui, por sua vez, um factor de desenvolvimento da actividade industrial, designadamente da indústria agro-alimentar, de fabrico de equipamentos agrícolas e de produtos fitofármacos.

A agricultura e a indústria com ela relacionada são actividades económicas com ganhos potenciais de produtividade, com valor acrescentado (VAB), com oportunidades de exportação e com conteúdo tecnológico mais elevados do que outros sectores que hoje, em Portugal, têm mais visibilidade e reconhecimento públicos.

A agricultura e a indústria são também os sectores âncora para se conseguir um desenvolvimento económico e social equilibrado do território nacional, ao abrirem-se oportunidades para o empreendedorismo e a criação de emprego qualificado e estável no interior. Acresce referir que as comunidades do interior, com as suas actividades assentes na agricultura e na indústria locais, contrariam eficazmente os efeitos ambientais muito nocivos, resultantes do crescimento desenfreado das grandes metrópoles urbanas.

A crise pandémica recente veio confirmar a resiliência do sector agro-alimentar perante as situações mais adversas e não apenas em contextos de crescimento, demonstrando assim a sua mais valia muito particular para a economia nacional. Com efeito, perante uma crise generalizada no consumo, particularmente nos sectores da restauração e hotelaria, quebra dos preços praticados e, conseqüentemente, dos proveitos, os produtores prometeram – “A agricultura não pára” – e assim garantiram a produção e a manutenção das cadeias de abastecimento e, dessa forma, a estabilidade do sector agro-alimentar, assegurando à generalidade da população o acesso a alimentos em quantidade e em qualidade.

Cumprida essa etapa e tendo em conta as ambições demonstradas pelas instituições europeias ao nível do relançamento da economia, da protecção do ambiente e incremento da biodiversidade, designadamente através do recentemente aprovado Plano Europeu de

Recuperação e do Pacto Ecológico Europeu -“Green Deal”- a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) considera o momento oportuno para apresentar um conjunto de opções estratégicas que visem acelerar a modernização da economia nacional, impulsionando a actividade agrícola e toda a fileira industrial com esta relacionada.

Este contributo pretende ainda promover uma visão para o crescimento da economia e o desenvolvimento de regiões do país mais fragilizadas, envolvendo várias actividades dos sectores primário, secundário e terciário, directa e indirectamente ligados à agricultura e floresta, num contexto de interpelação aos jovens e de exploração sustentada dos recursos, em sintonia com modernos conceitos de protecção ambiental, mitigação das alterações climáticas e combate à desertificação.

Como contributo para o relançamento da economia nacional, a CAP apresenta um conjunto de acções, horizontais, que potenciam o desenvolvimento do sector Agro de forma integrada com o desejado progresso do país.



ENERGIAS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na linha da ambição europeia de promover a utilização de energias renováveis e corresponder aos desafios das alterações climáticas, a CAP preconiza a implementação de um programa que permita aos agricultores portugueses produzirem energia renovável, valorizando os recursos e tendo em conta as especificidades próprias do sector, através de um balanço do consumo anual, ou intra-anual de três anos, de forma a abranger a especificidade e a sazonalidade dos consumos agrícolas. Como exemplo, a criação de uma “conta corrente”, que permita a produção de energia durante o dia e o correspondente consumo durante a noite, promovendo a descarbonização, anulando a correspondente “pegada” e contribuindo de forma efectiva para a competitividade.

Uma parte dessa produção, em volume, compatível com um índice global de abastecimento de cada exploração, deverá poder ser considerada, para todos os efeitos, como autoconsumo renovável.

Contudo, numa perspectiva de economia nacional circular, importa também criar um quadro que permita o aproveitamento eficiente e integral dos recursos energéticos endógenos associados à agricultura, à floresta e à pecuária, possibilitando a partilha da energia eléctrica e da energia térmica daí resultantes com instalações vizinhas, em condições regulamentares adequadas.

Esta aposta nas energias renováveis, afecta à produção e transformação agrícolas, com destaque para a fotovoltaica, constitui um factor vital para assegurar a competitividade e a estabilidade económica das explorações, por duas razões:

- a primeira porque em Portugal os custos com a energia eléctrica são muito mais elevados do que em outros países que concorrem directamente com a produção nacional (de acordo com o Eurostat somos o 8.º país da UE com a energia não residencial mais cara);
- a segunda, porque a médio e longo prazo qualquer necessidade de reconversão de culturas ou de tipo de produção, quer por motivos técnicos, quer por razões de mercado, irá em qualquer circunstância implicar um expressivo consumo energético.

Ao propósito de permitir a produção de energia renovável em volume, compatível com um índice global de abastecimento de cada exploração, junta-se um segundo factor, indissociável do primeiro, que vise o equilíbrio da balança de produção e do consumo energético, potenciando o alcance de “Zero Emissões”, possível em muitas explorações e actividades, sendo necessário para o efeito que se adoptem medidas técnicas e económicas que aproximem os preços da produção e do consumo.

Estes objectivos poderão ser atingidos através da mobilização dos fundos europeus e nacionais destinados à acção climática e à transição energética, assente na incorporação de renováveis e aumento da eficiência energética, incluindo, se for caso disso, o novo mecanismo de recuperação e resiliência.

TECNOLOGIA E DIGITALIZAÇÃO

Tendo a agricultura portuguesa feito já o seu percurso de desenvolvimento com base na mecanização, torna-se preponderante avançar decididamente para uma agricultura de precisão, com base na implementação de sistemas tecnológicos digitais, alguns com suporte em robots, satélites e drones, complementados por tratamento de dados que permitam intervir pormenorizadamente ao nível de cada metro quadrado de terreno, com ganhos evidentes ao nível da gestão de todos os elementos necessários à produção agrícola (água, nutrientes, fitofármacos) e, conseqüentemente, com vantagens significativas em termos de competitividade económica, minimização da pegada ambiental, fomento da biodiversidade e protecção dos recursos.

Considerando as vantagens inerentes à utilização de sensores no solo e no ar para a aplicação localizada e precisa de adubos e produtos fitofarmacêuticos, assim como na gestão da água de rega, no sentido de cumprir os desafios de eficiência na utilização destes factores, a CAP propõe a comparticipação de sistemas digitais de gestão do solo e da água, bem como do desenvolvimento das culturas, em paralelo com uma necessária e urgente implementação de tecnologia avançada com base em banda larga, em todo o território nacional ou, em alternativa, o recurso à utilização de espaços brancos de UHF/ VHF no espectro de rádio normalmente utilizado para televisão.

No intuito de aproveitar melhor a produção agrícola e evitar ineficiências, desperdícios e atrasos, a CAP propõe, também, a constituição de um programa de parcerias com empresas tecnológicas de ponta, com vista a criar cadeias de logística inteligentes a nível nacional, que permitam fazer previsões com base em dados analíticos e gerir interactivamente informação sobre procura, fornecimentos, produção, armazenamento, transporte e distribuição.

Instrumentos com este nível de sofisticação impulsionarão a especialização de técnicos das Organizações de Produtores e Associações de Agricultores, potenciando o emprego qualificado na área da digitalização e serviços de apoio aos agricultores.

Estes investimentos poderão ser financiados pelos fundos da política da coesão, no que respeita à infra-estruturação de banda larga, ao desenvolvimento tecnológico empresarial e à formação digital, complementados pelos fundos dedicados à agricultura no que respeita à incorporação da tecnologia digital nas explorações agrícolas, em linha com o "Green Deal" preconizado pela União Europeia.





GESTÃO DA ÁGUA, DO SOLO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

A água é um factor de produção determinante para a agricultura mediterrânica, sem o qual a manutenção de uma parte muito significativa da nossa produção não poderá ter continuidade a médio/longo prazo, tendo em conta o que é já hoje possível observar ao nível do impacto das alterações climáticas na produção agrícola nacional e na desertificação do território.

Portugal tem um conjunto de aproveitamentos hidroagrícolas em exploração responsáveis por expressivos focos de desenvolvimento regional e progresso socioeconómico, mas que, fruto da erosão do tempo nos equipamentos e nos conceitos, obrigará a um reforço dos programas de reabilitação e modernização em curso, ou em agenda.

Tanto estes como também os avultados investimentos realizados pelos particulares nos últimos anos, não são, contudo, na opinião da CAP, suficientes para fazer face ao futuro que rapidamente se aproxima.

No sentido de mitigar os efeitos das alterações climáticas em diversas zonas agrícolas do território nacional, permitindo assim a continuidade da produção e a indispensável utilização de água para esse efeito, a CAP defende a implementação de novas infra-estruturas de retenção, armazenamento e distribuição de água para fins múltiplos, incluindo a actividade agrícola, promovendo a indispensável fixação de população no território e contribuindo, também, para a mitigação do perigo de incêndio em espaço rural.

Neste sentido, o armazenamento e a gestão adequada dos recursos hídricos, de forma a que possam ser utilizados na altura em que

são necessários para concretizar os processos produtivos, a par da utilização eficiente da água, constitui um elemento preponderante para que o sector continue a afirmar a sua competitividade face a outras regiões europeias, nas quais a escassez de água não é um problema relevante na actualidade.

Na região do globo em que estamos inseridos, sofrendo de forma acentuada os efeitos da subida do deserto do norte de África, com longos períodos secos, temperaturas elevadas, quedas pluviométricas mais concentradas e um volume anual menor, apenas através de uma exploração sensata e inteligente do recurso água se poderá montar um efeito barreira àquele avanço do deserto. Impõe-se por isso, na visão da CAP, a necessidade de impulsionar a expansão de culturas regadas que hoje, fruto das novas técnicas de rega e de dotações mais reduzidas, maximizam o potencial do recurso, conseguindo ganhos de produtividade acentuados na produção e uma maior diversidade de culturas.

O caminho já percorrido nos últimos anos, com ganhos de eficiência na utilização da água, associada a novas práticas culturais, é um processo consolidado e em permanente actualização por parte dos agricultores, em particular os mais jovens.

A implementação de infra-estruturas de retenção, armazenamento e distribuição de água para fins múltiplos poderá ser financiada pelos fundos da política da coesão, em complementaridade com o mecanismo da recuperação e resiliência, com base numa priorização e calendarização das intervenções, atenta à necessidade urgente de o país enfrentar o problema das alterações climáticas e da desertificação.

PROMOÇÃO COMERCIAL E VALORIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Considerando a heterogeneidade da nossa estrutura produtiva, e no sentido de assegurar aos produtos de reconhecida qualidade, o acesso aos modernos mecanismos de promoção e valorização comercial, nos mercados nacionais e internacionais, a CAP propõe a criação de estruturas regionais dedicadas à promoção e à valorização da produção agrícola nacional, nas quais estes produtores possam agregar-se e conquistar uma maior quota de mercado interno e externo, ficando nas explorações e no país uma parte considerável da mais-valia associada a esta valorização.

Este processo torna-se crucial para que vastas áreas do nosso território possam projectar-se nos mercados através da participação em acções de promoção internacional e também do e-commerce e outras formas inovadoras de comunicação e vendas, acrescentando valor ao produto interno e contribuindo para o crescimento da economia, conferindo ao interior do país maior sustentabilidade económica, no sentido de reverter os efeitos resultantes do despovoamento e envelhecimento sofridos nas últimas décadas.

O retalho e a indústria podem ter, nesta área, uma acção determinante, se reconhecerem a necessidade de uma justa e efectiva valorização dos produtos de origem nacional, promovendo o seu consumo em substituição de produtos importados.

Mas, para uma acção forte de promoção, é necessário que Portugal defina e adopte um único símbolo que identifique o que é português em todas as áreas económicas. Esta decisão é fundamental para que o consumidor nacional e internacional possa, de uma forma intuitiva, reconhecer os produtos e serviços portugueses. A proximidade e ligação ao Atlântico, responsável por uma enorme diferenciação positiva face aos nossos concorrentes da latitude sul da Europa, deverá ser também associada a essa nova imagem, ou fazendo parte de uma assinatura do novo símbolo.

Não há qualquer vantagem que o Estado Português utilize distintas marcações para identificar produtos e serviços portugueses, como acontece actualmente.

Considerando a importância desta iniciativa para o desenvolvimento de uma região ou território, propõe-se o seu financiamento no âmbito das políticas da coesão, em complementaridade com os mecanismos de apoio ao desenvolvimento rural.



3C-F20



FLORESTA E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

Portugal vive uma crise estrutural no seu sector florestal. A estrutura fundiária de uma vastíssima parte das zonas de floresta, associada ao despovoamento e alteração cultural das parcelas, por um lado, e ao decréscimo de valor dos produtos, por outro, levaram o País a um nó górdio que não foi ainda capaz de desatar.

Os acontecimentos dos últimos anos, associados a terríveis fogos rurais e florestais, cada vez mais potenciados pelos efeitos das alterações climáticas, obrigam a que se encontrem várias soluções para o sector que, em conjunto, alterem o actual panorama.

Numa perspectiva estratégica de longo prazo, tendo em vista uma efectiva diminuição do risco e em simultâneo a promoção da gestão do território, a CAP propõe um plano nacional de instalação de uma rede primária e de uma rede periurbana de faixas de gestão de combustível.

Este investimento estrutural público, do domínio da protecção civil, que permitirá diminuir substancialmente o risco em território rural e potenciar uma actividade agro-florestal economicamente viável, deve, na fase de instalação, promover o reordenamento fundiário desses espaços estratégicos e a devida compensação dos proprietários que asseguram nas suas propriedades esse serviço prestado às populações.

Tal iniciativa deve também, na fase de manutenção subsequente, uma vez que a carga combustível tem crescimento anual, incluir um elemento inovador que agregue um modelo económico robusto e diferenciador de valorização dos resíduos provenientes destas áreas e, em simultâneo, a promoção da utilização da biomassa florestal no aquecimento das habitações das

explorações agrícolas e nos aglomerados urbanos, bem como das infra-estruturas públicas em meio rural. Paralelamente deverá implementar-se um programa de apoio ao fabrico nacional de sistemas individuais de produção de calor e aquecimento a biomassa florestal, bem como apoio à sua aquisição e instalação.

Esta medida enquadra-se nos domínios da acção climática, eficiência e transição energética, substituição de importações e melhoria das condições sociais e sustentabilidade da vida no espaço rural. Para além de contribuir para a diminuição do risco e dos efeitos dos incêndios rurais, promove ainda o uso de energia limpa, em detrimento da utilização de combustíveis fósseis, como o gásóleo ou o gás. Para além das vantagens ambientais, esta medida comporta evidentes benefícios sociais, pela melhoria das condições de conforto habitacional e poupança económica decorrente do recurso a tal fonte energética.

Com a ambição de incrementar o crescimento económico no interior, invertendo a curva de perda demográfica em curso, em simultâneo com o investimento na agricultura, indústria e novas tecnologias, a implementação desta medida contribui para a chamada "limpeza das matas", recuperando uma prática rural de utilização sustentável dos recursos florestais, bem como o incremento de negócios de prestação de serviços, inerentes ao desenvolvimento de todo o processo de recolha, gestão e consumo destes materiais.

Este programa poderá ser financiado por um fundo de combate às alterações climáticas ou descarbonização da economia, numa visão abrangente e adequada à realidade nacional do que se entende necessário para uma transição justa.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, AGRO-INDUSTRIAL E AGRO-ALIMENTAR

Nas últimas décadas a economia portuguesa transformou-se numa economia de serviços, que por um lado se especializou muito nos sectores do turismo e da construção e, por outro lado, viu reduzir muito significativamente a indústria. Porém, uma economia que assenta sobretudo em intermediação sem fabrico próprio e em comércio sem produção, é incompleta, cria vazios de dependência e não oferece condições a reter mão de obra qualificada.

Portugal forma técnicos necessários à agricultura e indústria modernas que, muitas vezes por falta de empregabilidade, se vêem forçados a emigrar, contribuindo assim para o enriquecimento económico de outros países. Portugal precisa de mais agro-indústria, com sólida componente técnica e alicerçada em cadeias inteligentes de aprovisionamento que liguem com muito maior facilidade o produtor ao consumidor.

Sendo a agricultura a actividade estruturante de uma vasta área do território nacional, particularmente nas zonas mais carentes de medidas de combate ao despovoamento, pode contribuir para estimular uma série de indústrias conexas, por exemplo metalomecânica e de produção de equipamentos utilizados pelo sector agro-florestal à medida que este cresce e se infraestrutura, de forma a criar sinergias que favoreçam a produção nacional, a substituição de importações e a criação de emprego de mão-de-obra qualificada, a qual, sem este estímulo, acaba por emigrar ou fixar-se no litoral do país, agravando o problema do despovoamento do interior.

Também a indústria agro-alimentar deverá acompanhar o desenvolvimento preconizado, onde o empreendedorismo, a valorização e diferenciação regional, contribuirão para o crescimento do valor acrescentado desejável e potenciador da fixação de riqueza às regiões produtivas.

Para preconizar estes objectivos, com impactos de largo espectro no território, considera-se importante aprofundar a complementaridade que se verifica hoje em dia nas intervenções financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.





Na actualidade nenhum desenvolvimento social e tecnológico pode ocorrer desligado do conhecimento. A Investigação e Desenvolvimento (I&D) aumenta o valor acrescentado, a riqueza e a protecção das culturas e dos processos de produção. Na nossa geografia, marcadamente Atlântica e Mediterrânica, culturas importantíssimas como a cortiça, a vinha, o olival, a fruticultura e horticultura, a pecuária, a produção de leite e seus derivados e, também, a aquacultura e maricultura, beneficiarão muito com centros de investigação aplicada e laboratórios.

A CAP entende as vantagens de seguir uma política que concentre áreas do conhecimento em vez de as dispersar, centros que colaborem e que tenham um grande sentido prático para corresponder às necessidades da agricultura. Neste sentido, a CAP recomenda que se incentive a criação, e mesmo a deslocação, de centros de I&D para fora dos grandes centros urbanos, designadamente para perto de onde são mais úteis e necessários.

CENTROS DE INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO NACIONAIS

Esta prática de identificar centros de I&D com localidades existe há muito em outros países Europeus e tem a vantagem de identificar o conhecimento de marca (institutos) com a sua fonte (local). Os institutos onde o conhecimento se cria e desenvolve não podem ficar separados das fontes a quem devem servir, sob pena de perderem grande parte da sua utilidade.

Esta necessidade obriga a uma profunda alteração no sistema de I&D que existe na actualidade, no sentido de melhorar a sua operacionalidade, a sua articulação com a investigação e o conhecimento produzido nas universidades e o seu enquadramento geográfico em relação às realidades a observar – o que representaria também um contributo importante para a coesão territorial, para o desenvolvimento socioeconómico do interior do país e para o combate ao despovoamento.

Neste contexto, importa dar continuidade à política de Laboratórios Colaborativos (COLABs), um modelo que pretende responder à densificação efectiva do território nacional em termos de actividades baseadas em conhecimento, através de uma crescente institucionalização de formas de colaboração entre instituições de ciência, tecnologia e ensino superior e o tecido económico e social, designadamente as empresas.

A aposta em I&D passa ainda pelo desenvolvimento e aprofundamento de parcerias internacionais.

O sector não pode ficar de fora das futuras políticas em matéria de inovação de base científica, desde logo envolvendo o apoio a Startups e PMEs, orientadas para a exportação de produtos e sistemas de maior valor acrescentado. O aparecimento de novos “players” vocacionados para a prestação de serviços às grandes empresas, a exemplo de outras áreas de negócio, é uma oportunidade para o sector Agro que se pode traduzir na prestação de serviços de I&D, com o objectivo de aumentar o valor acrescentado nos produtos e serviços agrícolas destinados aos mercados internacionais.

Mas, o futuro do sector agro-florestal passa também pela aposta na qualificação, quer através do aumento de jovens licenciados, mestres e doutores na área, mas também em ofertas de curta duração. Neste domínio, é fundamental apostar na formação ao longo da vida apoiando a reconversão (re-skilling) e actualização (up-skilling) de competências em adultos activos, através de formações de curta duração no ensino superior, de nível inicial e de pós-graduação, em articulação com empregadores, unidades de I&D e centros de inovação.

O Horizonte Europa – Programa Quadro de Investigação e Inovação pode constituir uma fonte de financiamento desta mudança de paradigma na investigação e inovação em Portugal.

Cofinanciado por:



PO ISE
PROGRAMA OPERACIONAL
INCLUSÃO SOCIAL
E EMPREGO



PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

CAP 
AGRICULTORES DE PORTUGAL

Confederação dos Agricultores de Portugal

Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1
1549-012 Lisboa

Tel: (+351) 217 100 000

Fax: (+351) 217 166 123

E-mail: cap@cap.pt

www.cap.pt